

Por dentro da História: o ensino de Administração em Enfermagem

Inside History: the teaching of Administration in Nursing

Por dentro de la Historia: la enseñanza de Administración en Enfermería

Jacinta Maria Morais Formiga

*Enfermeira. Mestre em Enfermagem.
Professora do Departamento de Enfermagem/
UFRN.
jacintaformiga@hotmail.com*

Raimunda Medeiros Germano

*Enfermeira. Doutora em Educação.
Professora do Departamento de Enfermagem/
UFRN.
wgermano@dpi.com.br*

RESUMO

Este artigo tece algumas considerações reflexivas sobre o ensino de Administração em Enfermagem, desde a sua origem até os dias atuais. Ressalta o papel de Florence Nightingale e suas idéias modernizadoras na Enfermagem, destacando a visão administrativa presente no trabalho do enfermeiro. A seguir, apresenta a trajetória desse ensino na Educação em Enfermagem no Brasil. Assim sendo, tem como objetivo registrar a sua evolução, analisando suas diferentes fases e os fatores que determinaram as mudanças ocorridas. Podemos afirmar que esse ensino até a década de 70 foi marcado por um viés conservador e autoritário. A partir dos anos 80, vem mudando essa postura e isso se expressa pelas publicações mais críticas e pelo debate no interior da profissão, em sintonia, naturalmente, com o processo de abertura democrática que se instalou no país.

Descritores: Educação em enfermagem; Administração; Gerência; Enfermagem.

ABSTRACT

This article traces some developments in the teaching of Administration in Nursing, from its origins to the present time. The role of Florence Nightingale and her modern ideas in Nursing, are emphasized, focusing on the administrative vision of work in nursing. The work presents the trajectory of this teaching in nursing education in Brazil. Therefore, the goal is to register its evolution and analyze the different phases and factors that determined the changes that have occurred. We can affirm that this teaching, up to the 70's, was marked by conservative authoritarian practices. Beginning in the 80's, there have been changes in this posture and this has been expressed in the more critical publications and through debate within the profession, in syntony, naturally, with the democratic opening that has taken place in the country.

Descriptors: Nursing, education; Administration; Management; Nursing.

RESUMEN

Este artículo tece algunas consideraciones reflexivas sobre la enseñanza de administración en enfermería, desde su origen hasta los días actuales. Resalta el papel de Florene Nightingale y sus ideas modernistas en la enfermería, destacando la vision administrativa presente en el trabajo del enfermero. En seguida, presenta la trayectoria de esa enseñanza en la educación en enfermería en Brasil. Así, tiene como objeto determinado las transformaciones ocurridas. Podemos afirmar que esa enseñanza, hasta la década de 70, fue marcada por un modo conservador y autoritario. A partir de los años 80, viene cambiando esa postura que se expresa por las publicaciones más críticas y por el debate de la profesión, en sintonía, naturalmente, con el proceso de apertura democrática que se ha instalado en el país.

Descritores: Educación en enfermería; Administración; Gerencia; Enfermería.

Formiga JMM, Germano RM. Por dentro da História: o ensino de Administração em Enfermagem. Rev Bras Enferm 2005 mar-abr; 58(2):222-6.

1. INTRODUÇÃO

Como professoras de Administração e Exercício da Enfermagem, preocupadas com o fazer docente e com a prática cotidiana do enfermeiro, achamos ser fundamental refletir sobre a evolução e a direção desse ensino.

Portanto, o propósito deste estudo é registrar a evolução do ensino de administração em enfermagem, articulada com a formação do enfermeiro, analisando suas diferentes fases e os fatores que determinaram as mudanças ocorridas no ensino como um todo, e na área de administração, em particular, nestes 80 anos de história.

2. O PAPEL DE FLORENCE NA ADMINISTRAÇÃO

Reconhecendo Florence Nightingale como protagonista de um projeto social da saúde, que se

fez necessário no âmbito das transformações sociais na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, e operacionalizadas suas idéias modernizadoras na Enfermagem, torna-se imprescindível referenciá-la ao abordarmos o ensino de administração em Enfermagem.

A administração de hospitais, a formação de enfermeiros e a educação em serviço foram, para Florence, a preocupação primordial de todo o seu empreendimento na Enfermagem, de acordo com a sua mais difundida obra, o livro "*Notas Sobre Enfermagem: o que é e o que não é*", escrita em 1859 e só traduzida para o português em 1989.

Em outubro de 1854, foi convidada para dirigir os hospitais militares de Scutari, o setor asiático de Constantinopla, na Turquia, onde a maior parte dos feridos e enfermos, em luta na Criméia, ficava alojada. Nesses hospitais, o sofrimento dos soldados era algo inusitado; no entanto, poucas medidas eram tomadas com relação ao atendimento dos feridos.

Sua primeira iniciativa, ao chegar em Scutari, foi organizar a infraestrutura dos hospitais, deixando transparecer seu caráter de ordem e comando em tudo que realizava. Introduziu uma visão de Enfermagem não só de intervenção direta no doente, mas da mesma forma ampliou as funções para o meio ambiente, organizando os serviços de lavanderia, rouparia, cozinha dietética, almoxarifado e limpeza, tendo o controle desses por meio de observação e supervisão rigorosas; organizou a hierarquia do serviço e introduziu o rigor da disciplina na Enfermagem.

Quando retornou da Guerra da Criméia (1856), Florence publicou, em 1858, um livro, *Notas sobre questões que afetam a saúde, eficiência e administração hospitalar do exército britânico*. Nele, podemos identificar sua preocupação e conhecimento acerca da administração na enfermagem.

Vale ressaltar que naquele momento histórico, de plena expansão do capitalismo, a recuperação da força de trabalho se tornou um projeto político importante, e coube à Medicina, por meio do hospital, essa recuperação. Com esse projeto político-social, podemos dizer que a Enfermagem teve a sua inserção no processo de trabalho em saúde.

Devemos ainda acrescentar que a valorização das funções de planejamento, direção e supervisão no sistema fabril, do século XVIII, encontrou repercussão no sistema hospitalar da época, principalmente, a partir de meados do século XIX. Florence Nightingale demonstrou a necessidade de aplicação das funções administrativas nas instituições hospitalares, comprovando, através de atos, as suas convicções, de tal forma que seus repetidos sucessos levaram-na a ser considerada como pioneira de administração hospitalar⁽¹⁾.

Portanto, foi a partir da necessidade de organizar os hospitais que apreendemos a constituição de um saber de administração na Enfermagem que, paralelamente às técnicas, foi fundamental como instrumento do processo de trabalho da enfermagem.

No momento em que o hospital passa a ser identificado como instrumento de cura, o saber médico se transforma e a prática de Enfermagem, antes independente, torna-se subordinada à prática médica, ou seja, cabe ao médico assumir a responsabilidade pela organização do hospital e seu saber. E Florence legitimou essa hierarquia disciplinando os agentes de Enfermagem por meio da implementação de um ensino orientado e sistematizado.

Esse ensino teve início com a criação da primeira escola de Enfermagem, no Hospital St. Tomás, em 09 de julho de 1860, na Inglaterra, sob a orientação de Florence. O modelo de ensino implantado, conhecido como Sistema Nightingale, passa a ser difundido para outras partes do mundo. Apesar do sucesso, continha claros e rígidos princípios preconizados por sua idealizadora, em consonância com os valores sociais da época. Entre eles, podemos destacar: rigorosa seleção de candidatas e ensino teórico-prático metódico. Isso não significa que outros princípios não tenham sido igualmente defendidos, como, por exemplo, direção da escola somente por enfermeira.

Outro aspecto importante na origem da enfermagem moderna diz respeito ao fato de a mesma nascer reproduzindo a divisão técnica do trabalho, através de duas categorias profissionais: as *nurses* e as *lady-nurses*. As *lady-nurses* eram preparadas para o ensino e supervisão de pessoal e foram responsáveis pela difusão do sistema Nightingale na Europa e no mundo. As *nurses* moravam e trabalhavam no hospital durante todo o curso, recebiam um salário e, após o curso, eram destinadas ao cuidado direto com o paciente.

Nos primeiros dez ou quinze anos após a sua fundação, a Escola Nightingale recebia dos hospitais do mundo inteiro pedidos de enfermeiras diplomadas para fundarem novas escolas. Portanto, além de atender às necessidades emergentes da época, Florence, desde o princípio, incutira nas alunas a máxima de que eram treinadas para treinar, portanto, deveriam sair como pioneiras e superintendentes, sendo desencorajadas à prática da enfermagem particular⁽²⁾.

Por conseguinte, desde a institucionalização da enfermagem moderna evidencia-se a dimensão prática do saber administrativo. Tal saber, embora não se encontre devidamente registrado, a execução da atividade administrativa legitimou-se no trabalho e sempre esteve presente na organização da Enfermagem.

Assim, conforme as mesmas autoras, a dimensão prática das técnicas e a dimensão prática do saber administrativo resultaram na divisão técnica do trabalho na Enfermagem: alguns agentes administrando e outros executando.

Dessa forma, as técnicas, a administração e a disciplina constituíram-se em instrumentos de trabalho da Enfermagem, tendo sua origem na segunda metade do século XIX, na Inglaterra.

Entre os anos de 1873 e 1875, o sistema Nightingale chegou aos Estados Unidos, por iniciativa de um grupo de senhoras que atuavam como voluntárias durante a Guerra Civil americana. Essa referência faz-se necessária porque, a partir da década de 20, a estrutura sanitária americana passa a influenciar a estrutura sanitária brasileira, através da Fundação Rockefeller, que prestava assistência técnica e financeira ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), órgão responsável pela criação da primeira escola de Enfermagem no Brasil, em 1923⁽³⁾.

3. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL

Analisando, pois, a trajetória do Ensino de Enfermagem, este surge ainda em 1890, na própria Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras no Hospital de Allenados. Essa Escola definia um elenco de disciplinas a constar no preparo das enfermeiras, entre as quais destacam-se: administração interna e escrituração de serviço sanitário e econômico das enfermarias⁽⁴⁾.

Mesmo considerada como a primeira escola de Enfermagem do Brasil – a Escola Alfredo Pinto, na verdade, uma escola com organização administrativa e docente, sob a responsabilidade de enfermeiros, surge somente em 1923, com a criação da Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), anexa ao Hospital Geral de Assistência daquele Departamento.

O primeiro currículo dessa escola era composto de uma parte geral, da qual constavam dezesseis disciplinas, entre elas, a de administração hospitalar, e uma parte específica com oito disciplinas, entre elas, a de serviço administrativo hospitalar.

O aluno desse curso era considerado mais funcionário do hospital do que estudante⁽⁵⁾. Porém, enquanto a escola preparava seus alunos para a assistência hospitalar, o DNSP, o órgão que absorvia os egressos, requeria desses profissionais o preparo para a administração de serviços, ensino e educação sanitária⁽⁴⁾.

A partir de com o movimento de renovação dos hospitais, o campo da Enfermagem hospitalar passou a constituir novo mercado de trabalho

para as diplomadas, estimulando a criação de inúmeras escolas de Enfermagem, como uma das formas de solucionar o problema da deficiência numérica de profissionais, em face das crescentes exigências das instituições hospitalares⁽⁶⁾.

Acrescenta-se: dada à inexistência de enfermeiras experientes disponíveis, as recém-diplomadas tiveram de desempenhar funções administrativas, de ensino e supervisão dos atendentes, constituídos por pessoas admitidas nos estabelecimentos hospitalares sem o preparo técnico necessário para a execução das tarefas que lhes eram atribuídas⁽⁶⁾.

Com a Lei N° 775/49, de 06 de agosto de 1949, o ensino da Enfermagem sofre a sua primeira reforma. Passa a compreender dois cursos: o Curso de Enfermagem, em 36 meses, e o Curso de Auxiliar de Enfermagem, em 18 meses, sendo regulamentados pelo Decreto 27 426/49, de 14 de novembro de 1949.

O art. 1° do referido Decreto diz: "O 'Curso de Enfermagem' tem por finalidade a formação profissional de enfermeiros mediante ensino em cursos ordinários e de especialização, nos quais serão incluídos os aspectos preventivos e curativos da enfermagem". E no art.2°: "O 'Curso de Auxiliar de Enfermagem' tem por objetivo o adestramento de pessoal capaz de auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa".

É importante ressaltar que, além desses dois cursos ordinários, podem ser criados outros, de pós-graduação, destinados a ampliar conhecimentos especializados de enfermagem ou de administração⁽⁴⁾. Podemos observar ainda, que a preocupação, presente nessa reforma curricular em relação à formação do enfermeiro na área de administração era centrada, sobretudo, no adestramento de pessoal, logo, identificada com um rigor instrumental, distante, portanto, de uma pedagogia da autonomia.

Nesse currículo, o conhecimento de Administração era ministrado na primeira série, através da disciplina "Economia Hospitalar", e na terceira série, com a disciplina "Princípios de Administração Sanitária". Nesse sentido, Germano⁽⁷⁾ registra em seu estudo sobre o ensino de Enfermagem no Brasil que, apesar de o currículo de 1949 privilegiar disciplinas de caráter preventivo, já se observava uma forte tendência do mercado de trabalho para a área hospitalar, abrindo caminho às especializações.

A propósito, ressalta-se que mesmo com a ampliação do currículo, pela inclusão de novas disciplinas, não conseguiu entretanto modificar o programa organizado, quase três décadas atrás, e que não mais atendia às necessidades da educação da enfermagem brasileira⁽⁶⁾.

Nas décadas de 50 e 60, observa-se a incorporação dos estudos de Taylor no ensino e no trabalho de Enfermagem, onde predominavam a descrição de técnicas, a economia de materiais, tempo e movimento. Nessa perspectiva, o ensino e a prática de administração preocupam-se com a distribuição de escalas de serviço, levando em consideração os tipos de procedimentos, a utilização de mão-de-obra do aluno nos hospitais, além da preocupação com as técnicas e procedimentos.

A partir de 1959, com o crescimento acelerado da população previdenciária, a saúde pública perde gradativamente seu espaço, cedendo lugar à atenção médica individual, com clara tendência à privatização. Diretamente influenciado por este novo enfoque de atenção à saúde, vemos o currículo de Enfermagem ser reformulado em 1962, estabelecendo um curso geral e duas alternativas para especialização opcional⁽⁶⁾.

Nessa segunda reforma curricular estabelecida pelo Parecer N° 271/62 do Conselho Federal de Educação (CFE), o ensino de administração passou a ser realizado através de uma única disciplina "administração".

Esse currículo de 1962 emerge num momento em que a economia brasileira começa a tender para um processo excludente e concentrador

de renda e, dessa forma, coincidentemente a preocupação primordial do currículo de enfermagem incide agora sobre as clínicas especializadas de caráter curativo⁽⁷⁾.

Com o modelo político brasileiro vigente, supostamente liberal e com o capitalismo em ascensão, vislumbra-se a busca de privatização da assistência à saúde na forma empresarial e a alta especialização dos hospitais.

O saber de administração, presente na formação do enfermeiro, sempre procurava conciliar princípios de Administração Científica (Taylor) e da Teoria Clássica da Administração (Fayol), haja vista que esta última apresentava-se como necessária à organização hospitalar no Brasil⁽¹⁾. A Enfermagem incorpora esse conhecimento através de dois fatores essenciais: a ampliação do quantitativo dos agentes da Enfermagem (enfermeiro, auxiliar e atendente), que levou os enfermeiros a assumirem o gerenciamento do trabalho nos moldes do processo de divisão social e técnica do trabalho, e a complexificação das organizações hospitalares.

Em seu estudo sobre a influência de Taylor e Fayol na produção científica da Enfermagem brasileira, realizado com base nos artigos da Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn) e Revista Paulista de Hospitais (RPH), mostra a grande influência dessas teorias na prática da Enfermagem⁽⁸⁾. No período histórico, que compreende as décadas de 30 e 40, prevaleceu a influência das teorias em 70% dos artigos publicados; e nas décadas posteriores, até 80, esse cai para 50%.

Podemos identificar, no estudo, que a adesão da Enfermagem a esses clássicos não se dá por acaso, não pode ser entendida somente pelo referencial técnico, por eles legado, mas deve sofrer influência da própria estrutura social.

Portanto, o trabalho no setor saúde passou a ser um trabalho coletivo em que cada profissional executa um pedaço do todo, sem que ocorram, muitas vezes, a co-participação e o entendimento desse processo na sua globalidade.

Na Enfermagem, essa divisão técnica do trabalho é mais marcante que em outras práticas de saúde, uma vez que esta é realizada por diversas categorias profissionais e propicia a aplicação dos fundamentos das escolas de administração científica e clássica: científica quando se trata das técnicas de Enfermagem, que são uma descrição detalhada dos passos de um procedimento, estudados aí os tempos e movimentos necessários à sua execução; clássica, quando se trata da organização do serviço de enfermagem como um todo e suas articulações com os outros setores hospitalares.

Mas, voltando à temática do currículo, as críticas levantadas a esta proposta curricular Parecer 271/62, dão origem a um forte movimento de mudança, que vem a ser impulsionado pela Reforma Universitária de 1968, possibilitando que aquele modelo compacto de matérias e disciplinas fosse substituído através do Parecer 163, de 28 de janeiro de 1972 e da Resolução N° 04, de 25 de fevereiro do mesmo ano, e que vigoraram até 1994.

Esse modelo que perdurou por vinte e dois anos não mudou em sua essência, apenas se reestruturou para se adaptar aos princípios da Reforma Universitária. Assim, esse currículo compreendia três partes: Pré-profissional, Profissional e Habilitações, além da inclusão da Licenciatura como uma alternativa opcional.

Com essa reforma, a disciplina Administração Aplicada à Enfermagem foi introduzida na parte referente ao Tronco Profissional (Habilitação do Enfermeiro Geral), e essa se desenvolveu no sentido da intensificação do controle e da racionalização, em busca da eficiência empresarial da época e produzir o melhor pelo menor custo⁽⁹⁾.

Nas habilitações, o ensino de administração também se encontra presente, com a denominação de Administração de Serviços de Enfermagem em Unidades de Saúde Pública, Administração de Serviços de Enfermagem em Maternidades e Dispensários Pré-Natais e

Administração de Serviços de Enfermagem Hospitalar, respectivamente⁽⁴⁾.

Nessa conjuntura, o enfoque teórico da Administração em Enfermagem procura conciliar os princípios da *"gerência científica"* com os da Administração Humanística, aparecendo como prioritárias as habilidades de liderança, comunicação e motivação, como conhecimentos essenciais à formação do enfermeiro.

A abordagem humanística da Administração (Escola das Relações Humanas de Elton Mayo-1924) parte da concepção do homem social (natureza humana), dotado de necessidades psicossocioespirituais que podem ser manipuladas através de algum estilo de liderança e comunicação. Dessa abordagem, surgiram várias vertentes teóricas da Administração, entre elas: a Teoria de Campo e a Teoria das Necessidades Humanas, oriundas da Psicologia, ambas preocupadas com a motivação humana como base para a excelência da liderança democrática e da comunicação⁽⁹⁾.

Nesse sentido, é significativo mencionar o que registra em seu estudo, quando afirma que a Teoria de Campo e o levantamento das Necessidades Humanas Básicas do trabalhador, a noção do ciclo motivacional e sua relação com satisfação, frustração ou compensação dos grupos humanos passaram a ser o centro de interesse na produção do conhecimento na área de administração em enfermagem⁽¹⁰⁾. Esse também parece ter sido o enfoque central do ensino nessa área, ainda presente em nossos dias.

Estudo realizado com base em artigos publicados na (REBEn), no período de 1980 a 1988, sobre a produção do conhecimento de Enfermagem, mostra que, do total de 282 artigos publicados, 44 (15,6%) relacionam-se à Administração em Enfermagem. Todos esses artigos privilegiavam particularmente as teorias da administração⁽¹¹⁾.

Pesquisa realizada procurando identificar a ideologia dominante na educação de enfermagem no Brasil, analisou a REBEn de 1955 a 1980, examinando 1040 (um mil e quarenta) artigos publicados no período⁽⁷⁾. Desses, prevalecem os artigos relacionados à Enfermagem que guardam estrita consonância com as políticas de saúde e o modelo econômico vigente no país, cuja assistência individual curativa, a indústria farmacêutica e de equipamentos têm lugar especial. Em segundo lugar, aparecem os artigos sobre Administração Aplicada à Enfermagem, em sintonia com o caráter de disciplina e controle, que marcam a profissão de Enfermagem.

Essa valorização da função administrativa do enfermeiro, nas últimas décadas, tem se expressado pelo aumento da carga horária dos conteúdos de Administração Aplicada à Enfermagem, nos currículos de graduação, assim como pela ampliação de cargos gerenciais destinados a enfermeiros nos serviços hospitalares e de rede básica, atendendo, de certa forma, às necessidades do mercado.

Mas, retomando a formação do enfermeiro, Mendes⁽¹²⁾, em sua tese de doutorado, estudando o ensino no período compreendido entre 1972 e 1994, na vigência do Parecer 163/72 e da Resolução N° 4/72, afirma: "a normatização do Currículo Mínimo, no paradigma técnico linear, procura desenhar um modelo padrão de profissional, que não consegue responder à variedade de realidades, nas quais as práticas de saúde se dão". Por outro lado, essa função é reforçada pela sociedade à medida em que há uma hipervalorização da atuação técnica na área de Enfermagem.

Porém, na segunda metade da década de 70, o cenário brasileiro começa a apontar para o início da abertura política, abrindo espaços a um pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade educacional, a partir da análise do contexto mais amplo da sociedade no seu conteúdo histórico-concreto.

Por sua vez, o modelo médico-hospitalar privatista e previdenciário, reforçado durante os governos militares, acarretou graves conseqüências para a população brasileira: o aumento da mortalidade

e morbidade por doenças preveníveis e degenerativas e a pauperização da classe trabalhadora são exemplos.

Nesse modelo, a Enfermagem realiza a gerência de serviços e a administração da assistência de Enfermagem, centrada em instrumentos e métodos para avaliar a produtividade do trabalho, as relações mecânicas de custo/benefício e parâmetros quanti-qualitativos para a assistência, que se adequem aos interesses institucionais comprometidos com a lógica do setor privado e da burocracia do Estado.

Porém, no final dos anos 70, e, com mais intensidade, na década de 80, as discussões sobre o currículo de Enfermagem (como em outras áreas), até então centradas no tecnicismo, passam a refletir sobre a profissão e o ensino movidas por outro momento político do país, sua luta pela redemocratização, trazendo à tona propostas de mudanças fundamentadas em vertentes críticas.

Com a redemocratização do Brasil, a partir, portanto, dos anos 80, emergem, entre os enfermeiros, através da Comissão de Educação da ABEn Nacional, novas propostas de um amplo debate acerca do ensino de Enfermagem no país.

Pouco a pouco, começam a despontar alguns estudos e discussões sobre a enfermagem como prática social articulada a outras práticas sociais, políticas, ideológicas. Muda, portanto, a ótica do entendimento da Enfermagem, do seu processo de trabalho e de seus trabalhadores. Nessa perspectiva, a área de administração passa a constituir um espaço privilegiado para os debates e discussões dos rumos da categoria.

Como confirmação dessa tendência, ao analisarmos, por exemplo, a produção científica na área de administração na Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), no período compreendido entre 1981 e 2003, identificamos que, dos 42 artigos publicados na área, 12 (28,5%) tratam do objeto de trabalho do enfermeiro, como sendo o de coordenador do processo de trabalho da enfermagem, entendendo-a como prática social.

Hoje a Enfermagem tenta firmar-se através da competência técnica e política, analisando-se nas relações sociais de produção, buscando identificar-se enquanto processo de trabalho, tentando construir um corpo tecnológico próprio – saberes, técnicas e instrumentos, adequados às especificidades dos seus objetos, agentes e finalidades de trabalho.

Podemos observar, portanto, em nosso estudo, que o ensino de administração apresenta-se como um elemento básico na formação do enfermeiro, e cada vez mais presente na prática desse profissional.

Tanto é assim que, em diferentes ocasiões, encontramos, na REBEn, recomendações, por parte de docentes e de Congressos Nacionais de Enfermagem, no sentido de integrar o ensino de administração em diversos momentos do currículo, pela relevância que o mesmo representa na formação profissional.

Nesse sentido, diante da legislação vigente sobre o ensino e com base em toda a discussão que vinha se processando no setor saúde, as Escolas de Enfermagem, a ABEn, e a Comissão de Especialistas em Enfermagem (CEEnf), da Secretaria Nacional de Ensino Superior (SENESU/MEC), promoveram vários estudos com vistas à avaliação do ensino de Enfermagem. Esse processo envolveu enfermeiros docentes, de serviços, estudantes e entidades de enfermagem culminando com uma proposta de currículo mínimo que foi submetida ao Conselho Nacional de Educação, sendo aprovada através da Portaria N° 1.721, de 15/12/94, do Ministério da Educação e Desporto.

No artigo terceiro, parágrafo quarto, dessa Portaria, especificamente, está fixado, para a área de Administração em Enfermagem, um mínimo de 15% da carga horária do curso, determinada na legislação, totalizando o mínimo de 525 horas.

Em resumo, essa mudança curricular trouxe avanços significativos à área de Administração; a mesma deixa de ser vista de forma fragmentada, passando a integrar a maior parte da formação do

enfermeiro. Essa inovação requer, por parte dos docentes dessa área e das demais, um novo fazer/ensinar, considerando a prática não só na especificidade de seus conteúdos, mas sobretudo, integrando-a à formação do enfermeiro como um todo.

É importante registrar que essa redefinição da prática do Ensino de Administração se fez de forma articulada com os anseios e desejos de mudanças da Enfermagem brasileira, em busca do objeto de trabalho do enfermeiro, qual seja, o de gerenciar/administrar o processo de trabalho da Enfermagem, inserido na saúde e na sociedade como uma totalidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar o ensino de administração na formação do enfermeiro, tomando-o desde sua origem até os dias atuais, podemos inferir que este se confunde com a evolução do próprio ensino de enfermagem

como um todo. Vimos que este ensino, ao longo desses anos, guardou uma relativa sintonia com as políticas implementadas pelo Estado brasileiro em suas diferentes conjunturas. E, o ensino de administração como o locus norteador do processo de trabalho da enfermagem, tem maior visibilidade nas mudanças ocorridas no exercício da profissão.

Assim, retomando sua trajetória, podemos afirmar que o ensino de administração veio evoluindo ao longo dos anos, em uma longa e lenta transição, marcado por um viés conservador e autoritário. Apesar disso, a partir dos anos 80, esse ensino vem passando por um processo de renovação, direcionado à formação de um corpo coletivo no qual a coordenação tem papel preponderante, minimizando, portanto, o sentido de hierarquia e poder tão presentes na administração. Isso se expressa na produção de novos conhecimentos, publicação de livros mais críticos, entre outros aspectos que evidenciaram mudanças na Enfermagem Brasileira.

REFERÊNCIAS

1. Trevizan MA. Enfermagem hospitalar: administração e burocracia. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília; 1988.
2. Almeida MCP, Rocha SMM, organizadoras. O trabalho de enfermagem. São Paulo (SP): Cortez; 1997.
3. Fernandes JD. Ensino de enfermagem e de enfermagem psiquiátrica do Brasil [dissertação]. Salvador (BA): Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia; 1982.
4. Ministério da Saúde (BR). Fundação Serviços Especiais de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos. 3ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Artes gráficas; 1974.
5. Saube R, organizadora. Educação em enfermagem à possibilidade em construção. Florianópolis (SC): UFSC; 1998.
6. Alcântara G. A enfermagem moderna como categoria profissional: obstáculos à sua expansão na sociedade brasileira [tese de cátedra]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 1966.
7. Germano RM. Educação e ideologia da enfermagem no Brasil. São Paulo (SP): Cortez; 1993.
8. Carrasco, MAP. Influência das escolas de administração científica e clássica na produção científica da enfermagem brasileira. Rev Esc Enf USP 1993 abr; 27(1):43-65.
9. Kurcgant P, organizadora. Administração em enfermagem. São Paulo (SP): EPU; 1991.
10. Barreto TVS. O ensino de Administração em Enfermagem: da teoria à realidade [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1996.
11. Trevizan MA. Utilização das teorias administrativas na produção do conhecimento sobre administração em enfermagem. Rev Bras Enferm 1991 out-dez; 44(4):36-40.
12. Mendes MMR. O ensino de graduação em enfermagem no Brasil, entre 1972 e 1994: mudança de paradigma curricular? [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 1996.

Data do recebimento: 12/12/2004

Data da aprovação: 06/06/2005